

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
EMBARGANTE : S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : CAMILA MORAIS CAJAIBA GARCEZ MARINS -
SP172690
ANA CAROLINA DE MORAIS GUERRA - SP288486
EMBARGADO : OSNI MUCCELLIN ARRUDA
ADVOGADOS : LUÍS OGUEDES ZAMARIAN - PR042446
JOSE GUILHERME ZOBOLI - PR048675

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Consoante estabelecido pelo art. 1.022 do CPC, os embargos de declaração destinam-se apenas a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou sanar erro material eventualmente existentes no julgado e, excepcionalmente, atribuir-lhes efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido.

2. No caso dos autos, não há qualquer vício a ensejar esclarecimento ou a integração do que decidido no julgado.

3. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 11 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Relator

